

Otimistas, empresários esperam regras para os preços.

É grande a expectativa dos empresários de São Paulo em relação ao plano de ajuste econômico do novo governo, elaborado pela equipe de Zélia Cardoso de Mello. Alguns só tomaram conhecimento de medidas do plano pela imprensa e tendem a concordar, por exemplo, com a iniciativa de um pacto que estabeleça novas regras para o reajuste de preços e salários. O empresário Antônio Ermírio de Moraes, do Grupo Votorantim, considera, de sua parte, que o fundamental para o novo governo é resolver imediatamente o problema do pagamento da dívida externa. Segundo ele, o País não pode pagar juros anuais de US\$ 12 bilhões.

Ermírio espera que o plano consiga resolver a crise econômica sem recessão e desemprego. E convocou todos a trabalharem, com sacrifício, "para sairmos do caminho da hiperinflação". O pacto, na opi-

nião de Horácio Cherkassky, presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Papel e Celulose, seria o ideal para se atingir tal objetivo, conseguindo a estabilização econômica. Mas o problema, ressalva ele, é que uma coisa é a intenção e outra é a possibilidade concreta de realizar o pacto.

Cherkassky considera que os empregados devem receber o suficiente para garantir sua sobrevivência e esta é uma expectativa a ser contemplada pelo novo plano econômico. A idéia da cesta básica, em seu entender, deve ser descartada, pois criaria problemas quanto à qualidade dos produtos oferecidos. O correto, diz ele, é dar condições para que o próprio trabalhador adquira seus alimentos. Já o empresário Aldo Lorenzetti, acha que a formalização de um pacto é inviável, pois não existe representatividade entre os segmentos que sentariam à mesa para discus-

são. No caso específico dos empresários, diz ele, há dúvidas se uma empresa concordaria com os preços estipulados através de um pacto formalizado por sua associação de classe.

O essencial, segundo Aldo Lorenzetti é a contenção da inflação através da redução do déficit público. Luís Eulálio de Bueno Vidigal, diretor da Cobrasma afirmou que é fundamental um ajuste fiscal, para reduzir os gastos do governo e, ao mesmo tempo, aumentar a arrecadação do Tesouro. Segundo Vidigal, não há dúvidas de que haverá uma recessão.

Pedro Eberhardt, presidente do Sindicato da Indústria Nacional de Componentes para Veículos Automotores, também admite que haverá recessão, como decorrência do programa de estabilização econômica. O pacto, segundo ele, seria um forma de aliviar as tensões que seriam decorrentes do programa de estabilização.